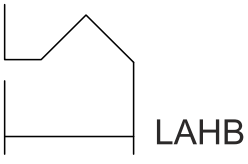
CARTA DO PORTO

Para a reabilitação
das ilhas



2017

Nota de abertura

A Carta do Porto - Para a Reabilitação das Ilhas foi aprovada no dia 17 de Junho por unanimidade no Seminário do Porto – Como reabilitar as Ilhas.

Depois de apresentada teve um espaço de discussão sobre a mesma da qual resultou um conjunto de contributos que foram registados pelos relatores da carta e mais tarde incorporados na redacção final do texto que agora se publica na sua íntegra.

Pretende-se que esta Carta do Porto seja um instrumento para a defesa e a valorização da habitação básica a partir da reabilitação das ilhas da cidade do Porto. Permitindo que as suas populações possam continuar a viver nas suas ilhas mas de acordo com os valores de uma habitação digna e qualificada.

Esta proposta adquire ainda mais sentido e oportunidade quando nos deparamos com problemas muito graves em garantir um direito à habitação e à cidade para todos os locatários da cidade do Porto.

Um conjunto de situações conduziram a cidade para este processo de deslocalização, de realojamento e de gentrificação das comunidades que vivem dentro da cidade.

Apontamos como causas deste processo a degradação da cidade a partir dos anos 70/80, as políticas dominantes, a desregulação do mercado das rendas, a precariedade e a especulação imobiliária e por último a pressão turística.

CARTA DO PORTO
PARA A REABILITAÇÃO DAS *ILHAS* DA CIDADE

Porto, 17 de Junho 2017

1. Introdução

Num mundo de grandes transformações no que diz respeito à Habitação e ao Direito à Cidade – e quando se colocam novos desafios a todos que querem viver em contexto de cidade e de comunidade de proximidade – as *ilhas* do Porto configuram espaços com potencial de inclusão social e afirmação de uma Cidade culturalmente mais diversificada e de maior amplitude nas suas dimensões sociais e respetivos modos e estilos de vida. Em Portugal, os referidos desafios ganham contornos mais expressivos em cidades históricas, em virtude da degradação do seu edificado devido a décadas de esvaziamento e deslocação de comunidades para periferias que se foram sucedendo continuamente.

Com tantas *ilhas* na Cidade (abandonadas, vazias, em ruína, entaipadas) não é razoável desconsiderar o seu potencial papel integrador e persistir, grandemente, na construção de edifícios, num planeta que, ademais, acusa valores de saturação muito preocupantes. Atendendo ao contexto português, veja-se que o número de casas vazias ultrapassa o número da carência habitacional, verificando-se ainda claras limitações no acesso generalizado a habitação condigna.

Com a patrimonialização do Centro Histórico do Porto, os processos de gentrificação, resultantes da pressão turística sobre alojamentos e rendas, a perda de rendimento familiar devido ao ajustamento a que o país esteve (e ainda está) sujeito, o envelhecimento populacional em algumas freguesias da Cidade, a impossibilidade de casais jovens e quadros médios fazer face a rendas exorbitantes no centro da Cidade,

entendemos que as *ilhas* do Porto, reabilitadas e requalificadas, podem promover espaços-facilitadores do habitar plural e da integração, sem exceção, de todos na Cidade.
É neste contexto que a tipologia *ilha*, enquanto garante de habitação básica, se configura uma alternativa criativa, sustentável e amiga do rendimento familiar das/os cidadãs/ãos e da Cidade, porque capaz de implementar programas que asseguram o direito alargado à habitação na cidade histórica e consolidada. A partir deste enquadramento, apresenta-se a CARTA DO PORTO PARA A REABILITAÇÃO DAS *ILHAS* como resposta à exclusão e dispersão socioespacial, tomando como operação experimental o processo de reabilitação da *Ilha* da Bela Vista (2013-17), a partir de um Programa de Arquitetura Básica Participada implementado pelo Laboratório de Habitação Básica, Imago, CICS.Nova, a Associação de Moradores e a Câmara Municipal do Porto.

Com esta Carta, para a reabilitação das *Ilhas* do Porto, coloca-se a tónica na necessidade de habitação – essencial para todas as famílias e pessoas individuais, independentemente do rendimento familiar ou estatuto social, cultural e económico – e direciona-se a ação para o compromisso de ultrapassar fragilidades sociofísicas que constrangem e tornam vulneráveis os que permanecem nas *ilhas*, reabilitando os seus espaços e casas de modo a dotar as mesmas de condições de habitabilidade digna para todos.

A carta da UNESCO para a habitação é explícita quanto às estratégias a adotar para resolução do problema de acesso e posse de casa, apontando como princípios estruturantes a acessibilidade económica e a disponibilização de habitação digna – infraestruturalmente apoiada e que proporcione espaço adequado, segurança, conforto (protegendo do frio, da humidade, do calor e da chuva) e localização acessível para todos (incluindo, com particular atenção, os grupos mais fragilizados). Neste sentido, considera fundamental que uma habitação condigna se situe em contexto onde exista possibilidade de emprego, serviços de saúde, de educação e outros equipamentos coletivos. As *ilhas* do Porto integram envolventes urbanas com estes indicadores.

Pela sua compacidade e densidade, a morfologia, escala e volumes reduzidos das *ilhas* do Porto traduzem o essencial do habitar, expressam valores de partilha familiar, de

vizinhança, sociais e espaciais, que podem ter reflexo no apuramento de lógicas de participação à escala urbana.

2. Do compromisso com as pessoas e com a Cidade

No Porto, a 17 de Junho de 2017, no Auditório da União de Freguesias do Centro Histórico-Santo Ildefonso, reunidas as pessoas abaixo identificadas, pertencentes e/ou representantes de instituições públicas ou privadas, laboratórios permanentes para a Habitação Participada, associações de moradores, comissões de moradores, representantes dos partidos políticos, associações de estudantes, especialistas, moradores e ativistas empenhados nas questões da defesa e valorização da reabilitação das *ilhas* da Cidade do Porto,

3. Propõem:

1. Que a tipologia *ilha* seja considerada Património Municipal, tendo em conta:
   i) o sítio;
   ii) a morfologia;
   iii) a comunidade.

1. A reabilitação das *ilhas* do Porto atendendo a critérios participativos da habitação básica, de forma a regular/moderar interesses imobiliários que podem consolidar processos de gentrificação na Cidade;

2. A potencialização das *ilhas* do Porto enquanto valioso recurso e elemento revitalizador da Cidade, onde é possível melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes; esta tipologia constitui, pois, dispositivo relevante para o desenvolvimento e qualificação da Cidade perante o esvaziamento de pessoas e/ou seu envelhecimento, nomeadamente no centro do Porto;

3. Valorizar a morfologia da *ilha*, porque preserva valores singulares de vizinhança e de tipologia de casas, mantendo características espaciais mais significativas e marcantes deste modelo habitacional;

4. Reabilitar as *ilhas*, promovendo:
   i) a melhoria do rácio das áreas;
   ii) a qualidade da habitabilidade e a comodidade dos espaços;
   iii) o conforto, a segurança, a durabilidade da edificação e a acessibilidade física para pessoas com mobilidade reduzida, como regras de projeto;
   iv) o contexto-cidade em que a *ilha* se insere, considerando a proteção civil das/os moradores/as e sistematização dos espaços exteriores com o envolvente e equipamentos públicos.

1. Cuidar a Cidade, qualificando as suas áreas habitacionais populares, onde vivem os habitantes de menores rendimentos;

2. Implementar um Programa de Habitação Básica alternativo ao sistema dominante, assente em princípios:
   i) interativos;
   ii) colaborativos;
   iii) participativos.

1. Um Programa que tenha como prioridade:
   i) a coesão social;
   ii) a qualificação;
   iii) o reforço de identidades e solidariedades de vizinhança ou de rua;
   iv) os projetos de intervenção local que incluam os habitantes como protagonistas da transformação/cocriação do seu lugar e dignificação do respetivo habitar.

1. Ter como referência a intervenção na *Ilha* da Bela Vista, que serviu de base a esta proposta de Carta de Reabilitação, porque nela estão integrados princípios:

i) de proximidade;
ii) do desenho colaborativo de, para e com os moradores;
iii) do direito a habitação básica digna e qualificada;
iv) da garantia do direito à habitação no lugar de residência;
v) da promoção do Direito à Cidade;
vi) da intervenção multidisciplinar, forte na sua competência socio-antropológica e arquitetónica, com escuta atenta ao lugar e à comunidade;
vii) da valorização da coesão social e da identidade local;
viii) da incorporação de sinais das práticas de habitar;
ix) da introdução de soluções inventivas e detalhadas, embora contidas pelo orçamento e parcelamento reduzidos;
x) da existência de solo urbano disponível;
xi) da existência de casas vazias;
xii) da pequena escala de intervenção;
xiii) de alargamento da Cidade a novos residentes.

1. Assumir que a reabilitação das *ilhas* permite melhorar o habitar, a renovação da vida urbana, a revitalização e o reforço das relações de vizinhança e de solidariedade social, bem como o reforçar e o replicar de práticas transformadoras no que diz respeito à habitação na Cidade.

2. Que esta carta se possa constituir como referência de valorização democrática da participação popular efetiva nas políticas de habitação em Portugal.

1. As/os proponentes,

Acácio Gonçalves, Comissão de Moradores do Riobom/Fontainhas

Ana Reis Jorge, CICS.Nova-UM

André Cerejeira Fontes, Lahb/Imago/EAG-UM

Andrea Teichmann Vizzoto, Procuradora RGS-Porto Alegre, Brasil

António Cardoso, CICS.Nova-UM

António Cerejeira Fontes, Lahb/CICS.Nova-UM/ Imago

António Fontelas, Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista

Arnaldo Saraiva, FLUP

David Leite Viana, Lab2PT-UM

Diana Silva, CIAUD-FAUL

Diogo Matos Rodrigues, Associação de Estudantes da FAUP

Elena Tarsi, Universitat de Firenzi / CES-UC

Felismina Viterbo, residente na cidade e colaboradora do Lahb

Fernando Bessa Ribeiro, CICS.Nova-UM

Fernando Matos Rodrigues, Lahb/ CICS.Nova-UM

Fernando Pimenta, Associação de Estudantes da FAUP

Frei Geraldo Coelho Dias, O.B.S. – Mosteiro da Vitória, Porto

Germano Silva, Jornalista e historiador

Gonçalo Folgado, FA-UAL

Gonçalo Mendes, Arquitecto/Lahb, Membro Assembleia de Freguesia de Bonfim

Helena Cardoso, Designer

Isabel Raposo, GESTUAL/ FAUTL

João Baptista de Vasconcelos Magalhães, Professor aposentado

João Carreira, MIA-ESAP

José Carlos Oliveira, Gabinete de Arquitetura Siza Vieira

José Emídio, Cooperativa Árvore

José Manuel Lopes Cordeiro, CICS.Nova-UM

Luís Baptista, CICS.NOVA

Manuel Carlos Silva, Lahb/ CICS.Nova-UM

Marco Kamiya, UN-HABITAT

Padre Jardim Moreira, Paróquia da Sé/ EAPN-Portugal

Roberto Cremascoli, Arquiteto e Curador na Galeria Municipal Almeida Garrett

Sheila Khan, CICS.Nova-UM

Sílvia Jorge, GESTUAL-FAUTL

Susana Mourão, Câmara Municipal de Évora

2. As/os subscritoras/es (que aprovaram a carta no dia 17 de Junho),

Alexandre Cardoso, morador em Fernão de Magalhães

Álvaro Almeida, Candidato a Presidente de Câmara Municipal do Porto (PSD)

Ana Jara, Arquiteta, Artéria

António Ferreira, Psicólogo, Associação Amigos Marco de Canavezes

Artur Ribeiro, Deputado Municipal pela CDU

Carla Caramujo, Soprano, Freelance Opera Singer/Royal Scottisch Academy of Music and Drama

Cândida Correia, Ilha Victorino – Guindais

Claudia Pontes, Arquitecta (ESAP)

CAHR – Centre for Architecture and Human Rigths

César Romão, Fotógrafo

Didi, bairro Riobom/Fontainhas

Elisabete Soares, Jornalista

Graeme Bristol, Executive Director Centre for Architecture and Human Rigts

Fátima Ribeiro, Técnica de Turismo

Ilda Figueiredo, Candidata a Presidente da Câmara Municipal do Porto (CDU)

Irina Vishan, Historiadora – Roménia/ Iraque

Isabel de Oliveira, Professora

Isolino Costa, Bairro do Riobom/Fontainhas

Joana Braga, Arquiteta, Curadora Topias Urbanas / Baldio - Performance studies

João Teixeira Lopes, Candidato a Presidente de Câmara Municipal do Porto (BE)

José Castro, Deputado Municipal pelo Bloco de Esquerda

José António Fonseca, Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto

Leina Magna, Arquiteta (ESAP),3ML-AUGIE, Cabo Verde

Lucinda Fonseca Correia, Arquiteta, Artéria

Madalena Matos, Médica Veterinária / Inspeção Sanitária

Mariana Cicuto Barros, Arquiteta/ investigadora, Universidade Federal ABC, S.Paulo - Brasil

Mariana Marques da Silva, Arquiteta

Marta Cardoso, moradora bairro S. Roque

Marta VonFridden, Arquiteta

Mayerly Rosa Villar Lozano, Professora na Universidade Católica de Colombia / ISTHMUS

Miguel Reimundez Gonzalez, Arquiteto (Vigo-Galiza)

Regina Pereira, moradora ilha – Heroísmo

Sara Aires, bairro de Ramalde

Susana Varela, Fotografa, colaboradora do Lahb